



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
OITAVA CÂMARA CÍVEL



244

**Agravo de Instrumento nº 0197730-0**

**Agravante:** Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Agravado:** Pousada Zé Maria Ltda

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

R  
5524

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. INGRESSO E PERMANÊNCIA DE VEÍCULOS NO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA DEPENDE DE PERMUTA COM OUTRO VEÍCULO. PROCESSO DE INGRESSO IRREGULAR. AUTOMÓVEL DEVE SER MANTIDO APREENDIDO ATÉ REGULARIZAÇÃO. REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE SEU INGRESSO NA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA, ATRAVÉS DA EFETIVA PERMUTA POR OUTRO AUTOMÓVEL DA FROTA PERMANENTE DA ILHA, CONFORME DETERMINA A LEI. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - O legislador Constitucional fez constar expressamente no art. 225 da CF/1988 que *"todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*. Assim sendo, o Decreto Distrital nº 20/2004, implementando a política de controle ambiental acerca do ingresso e permanência de veículos no arquipélago, exerce o poder de polícia, através de uma limitação administrativa, em benefício da supremacia do interesse público, assegurada na Carta Magna, que impõe aos particulares medidas de caráter geral em benefício do bem estar social.

2 - O Decreto Distrital nº 20/2004, fulcrado no poder de polícia conferido pela Lei Estadual nº 11.304/1995, determina que o ingresso e permanência de veículos no Distrito Estadual de Fernando de Noronha depende de permuta com outro veículo. Ademais, as referidas autorizações devem, nos termos do art. 4º do Decreto nº 20/2004, observar as seguintes exigências: a) o termo de autorização deverá conter, no mínimo, o nome e endereço do proprietário do veículo, a marca, o modelo, a cor, os



245

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

chassis e placa do veículo, bem como o prazo de validade; b) o termo de autorização poderá ser assinado pelo Administrador Geral, por quaisquer Diretores da Administração Distrital e, nas suas ausências, pelo Coordenador de Meio Ambiente e Ecoturismo ou pelo Gestor de Meio Ambiente; c) as autorizações de entrada e saída de veículos deverão conter data e assinatura do comandante da embarcação que tenha realizado o transporte; do Gestor Portuário e do policial militar do Destacamento da Polícia Militar; d) a autorização é pessoal e intransferível, sendo vedado seu endosso a terceiros.

3 - O veículo "buggy" de placa KJM 9898 deve permanecer apreendido até regularização do procedimento de seu ingresso na ilha de Fernando de Noronha, através da efetiva permuta por outro automóvel da frota permanente da ilha, conforme determina a Lei.

4 - Agravo de Instrumento provido.

5 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 0197730-0, em que figuram como agravante Distrito Estadual de Fernando de Noronha e como agravado Pousada Zé Maria Ltda.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecerem do Agravo de Instrumento acima descrito, para darem provimento ao mesmo, reformando a decisão recorrida, tudo na conformidade dos votos e do relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

246



417

**Agravo de Instrumento nº 0197730-0**

**Agravante:** Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Agravado:** Pousada Zé Maria Ltda

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto ante os termos da decisão proferida, nos autos de Ação Ordinária, que liberou o veículo de propriedade da agravada, que fora apreendido por irregularidade na documentação de entrada na ilha de Fernando de Noronha, sob as alegações de que veículo apreendido ingressou no arquipélago sem observância dos ditames legais proclamados na Lei estadual nº 11.304/95 e no decreto Distrital nº 20/2004.

Em suas razões, alega o agravante que, i) a intenção expressa do legislador estadual, ao editar a Lei nº 11.304/1995, que exige permuta para o ingresso de veículos novos na Ilha de Fernando de Noronha, é a de limitar o número de automóveis, de forma a minimizar os danos ao meio ambiente do arquipélago; ii) o agravado não comprovou ter feito a necessária permuta quando fez ingressar o veículo *sub judice*, ou seja, não precedeu a retirada de outro, como exige a Lei Estadual nº 11.304/1995; iii) Ao final, requer o restabelecimento da decisão que determinou a apreensão do veículo de placa KJM - 9898, e que foi revogada pela novel decisão.

Devidamente intimada da decisão, a agravada apresentou suas contrarrazões, pugnando pela manutenção da liminar concedida por ser de inteira justiça. (fls. 411/413).

Em seu parecer, a Douta Procuradora de Justiça que atua na presente instância entendeu que é lícita a apreensão de veículo que descumpre regra que limita número de veículos na Ilha de Fernando de Noronha, condicionada a entrada de veículo à saída de outro, em atendimento ao Decreto Regulamentar nº 20/2004, e Lei Estadual nº



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

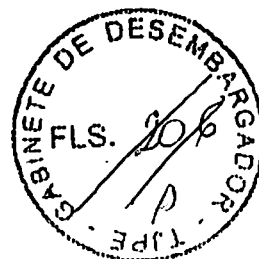
11.304/1995, editados em consonância com o art. 225 da CF/1988, que dispõe sobre a defesa do meio ambiente, opinando pela procedência do Agravo de Instrumento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 13 de janeiro de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



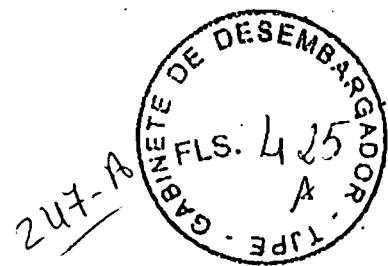
247

418

*[Assinatura]*



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
OITAVA CÂMARA CÍVEL



**Agravo de Instrumento nº 0197730-0**

**Agravante:** Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Agravado:** Pousada Zé Maria Ltda

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Vislumbro, no caso em análise, a ocorrência de ambos os pressupostos de provimento do Agravo de Instrumento, vez que o agravante demonstrou, de modo convincente, que, da decisão afrontada, poderia resultar lesão grave ou de difícil reparação, bem como a existência da fumaça no direito por ele postulado.

Verifica-se que a Lei Estadual nº 11.304/95, ao instituir o Distrito de Fernando de Noronha, dispôs, claramente, acerca da prerrogativa conferida ao referido distrito de exercer o poder de polícia, com atribuições próprias de ente público, em seu art. 8º, XIII e XXIII, *in verbis*:

*"Art. 8º - O Distrito Estadual de Fernando de Noronha tem por competência prover a tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população insular, devendo em especial. (...)*

*XIII - Exercer o poder de polícia ambiental e a fiscalização necessária à proteção e preservação do meio ambiente, aplicando as penalidades previstas em Lei; (...)*

*XXIII - Fiscalizar as ações de particulares e aplicar as penalidades cabíveis no caso de infração a legislação administrativa, exercendo o correspondente poder de polícia no território distrital".*

Segundo leciona Hely Lopes Meirelles, em seu *Direito Administrativo Brasileiro*, editora Malheiros, 2002, p. 127, "poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado".



248

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

No caso concreto, observo que o Decreto Distrital nº 20/2004, fulcrado no poder de polícia conferido pela Lei Estadual nº 11.304/1995, regula o ingresso e permanência de veículos no arquipélago. Os arts. 1º, I e 2º, § 2º, todos do Decreto Distrital nº 20/2004, proclamam:

*"Art. 1º - A autorização, para o ingresso e a permanência de veículos no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, somente será concedida nas seguintes hipóteses:*

***I - Permuta de veículo cadastrado na frota de Fernando de Noronha por outro de igual, inferior ou superior capacidade, esta limitada à capacidade de 5 (cinco) passageiros, desde que a permuta seja realizada por veículo com 8 (oito) anos de fabricação, no máximo; (...)***

*Art. 2º - Caberá às pessoas relacionadas no art. 1º, deste Decreto, para obtenção de autorização de entrada de veículos, protocolar requerimento em formulário-padrão da Administração, junto ao servidor responsável pelo controle de veículos, juntado cópia autenticada do CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e do CRV - Certificado de Registro de Veículo, em seu nome ou conteúdo autorização de transferência de propriedade, devidamente preenchida, assinada, datada e autenticada em cartório.*

*§ 1º - omissis*

***§ 2º - No caso de entrada de veículo em decorrência de permuta, deverá também ser anexado o original da Autorização de Saída, em nome do proprietário do veículo substituído, devidamente assinada e datada pelas autoridades referidas no art. 4º, deste Decreto, atestando a sua saída".***

Assim, conclui-se que o ingresso de veículos no arquipélago de Fernando de Noronha somente será possível com a devida permuta com outro de igual ou inferior capacidade, devendo o interessado para isto, apresentar, além da autorização de entrada, a autorização de saída do veículo de sua propriedade com o qual se fez a permuta.

Ademais, as referidas autorizações devem, nos termos do art. 4º do Decreto nº 20/2004, observar as seguintes exigências: a) o termo de autorização deverá conter, no mínimo, o nome e endereço do



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

proprietário do veículo, a marca, o modelo, a cor, os chassis e placa do veículo, bem como o prazo de validade; b) o termo de autorização poderá ser assinado pelo Administrador Geral, por quaisquer Diretores da Administração Distrital e, nas suas ausências, pelo Coordenador de Meio Ambiente e Ecoturismo ou pelo Gestor de Meio Ambiente; c) as autorizações de entrada e saída de veículos deverão conter data e assinatura do comandante da embarcação que tenha realizado o transporte; do Gestor Portuário e do policial militar do Destacamento da Polícia Militar; d) a autorização é pessoal e intransferível, sendo vedado seu endosso a terceiros.

O legislador Constitucional fez constar expressamente no art. 225 da CF/1988 que *"todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*. Assim sendo, o Decreto Distrital nº 20/2004, implementando a política de controle ambiental acerca do ingresso e permanência de veículos no arquipélago, exerce o poder de polícia, através de uma limitação administrativa, em benefício da supremacia do interesse público, assegurada na Carta Magna, que impõe aos particulares medidas de caráter geral em benefício do bem estar social.

A jurisprudência deste Tribunal tem seguido nesta mesma direção, vejamos:

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. INGRESSO E PERMANÊNCIA DE VEÍCULOS NO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA DEPENDE DE PERMUTA COM OUTRO VEÍCULO. PROCESSO DE INGRESSO IRREGULAR. AUTOMÓVEL DEVE SER MANTIDO APREENDIDO ATÉ REGULARIZAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - O Decreto Distrital nº 20/2004, fulcrado no poder de polícia conferido pela Lei Estadual nº 11.304/1995, determina que o ingresso e permanência de veículos no Distrito Estadual de Fernando de Noronha depende de Permuta com outro veículo.

2 - O parecer emitido pela Coordenadoria de Meio Ambiente e Ecoturismo do Arquipélago de Fernando de Noronha, concluiu que o veículo de placa MXX 2552, que fora utilizado na permuta do veículo em análise, era de propriedade de militares, não



250

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

podendo, assim, ser transferido para moradores da ilha, tendo em vista que era de uso exclusivo e temporário.

3 - O caráter precário e temporário dos veículos utilizados por militares, impede que sejam usados para legitimar o ingresso permanente de automóveis dos moradores da Ilha de Fernando de Noronha.

3 - O veículo "buggy" de placa KHK 7692 deve permanecer apreendido até regularização do procedimento de seu ingresso na ilha de Fernando de Noronha, através da efetiva permuta por outro automóvel da frota permanente da ilha, conforme determina a Lei.

4 - Agravo de Instrumento provido.

5 - Decisão unânime.

(TJPE - Agravo de Instrumento nº 0152804-3 Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos Data Julgamento 18.08.2007).

Vale lembrar, ainda, que Fernando de Noronha tem 2/3 de sua área abrangida por Parque Nacional, e que a área habitável constitui-se de APA - Área de Preservação Ambiental e Zonas Especiais de Preservação, áreas cuja lei ambiental estabelece controle rigoroso de uso e ocupação.

Desse modo, voto pelo provimento do Agravo de Instrumento para revogar a decisão agravada, no tocante a permanência da apreensão do veículo "buggy" de placa KJM 9898, até regularização do procedimento de seu ingresso na ilha de Fernando de Noronha, através da efetiva permuta por outro automóvel da frota permanente da ilha, conforme determina a Lei.

Recife, 28 de 04 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator